

UFSM

ARTIGO MONOGRAFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA: CAMINHO DE DESENVOLVIMENTO
GLOBAL PARA O ALUNO COM DÉFICT COGNITIVO**

Rosângela Aparecida Silva Falqueto

Ji Paraná, RO, Brasil

2010.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização.

PRÁTICA PEDAGÓGICA: CAMINHO DE DESENVOLVIMENTO
GLOBAL PARA O ALUNO COM DÉFICT COGNITIVO

Elaborado por
Rosângela Aparecida Silva Falqueto

Como requisito parcial para a obtenção de grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

Comissão Examinadora:

Ji Paraná, RO, Brasil

2010.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial - Deficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PRÁTICA PEDAGÓGICA : CAMINHO DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL PARA O ALUNO COM DÉFICT COGNITIVO.

Autor: Rosângela Aparecida Silva Falqueto

Orientador: Prof. Dr. Marcia Duarte

O trabalho exposto tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre a Educação Inclusiva no Brasil, bem como a prática pedagógica dos profissionais da educação referente à temática inclusão. Partindo de uma contextualização histórica sobre o tema proposto, pontuamos as fases pelas quais a Educação Inclusiva passou até o momento. Procurando agregar mais informações a essa discussão trazemos também as experiências de professores e psicopedagogos do município de Ji Paraná estado de Rondônia, sobre a questão Escola para todos, que na realidade é a Educação Inclusiva sendo implementada no âmbito das escolas. Sempre referendados pelos teóricos sócio-construtivistas vamos percebendo como ocorre essa forma de educação através de suas conquistas e entraves. Dessa forma convidamos o leitor a repensar esse tema sobre a perspectiva de uma escola heterogênea que convida ao desenvolvimento de práticas pedagógicas criativas e diversificadas.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	05
2. REFERENCIAL TEORICO.....	07
2.1 – De integrar a incluir os avanços da educação especial no Brasil.....	07
3. ESCOLA PARA TODOS: ANALISANDO A REALIDADE ESTUDADA.....	10
3.1-Caminhos de investigação	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
5. REFERENCIAS.....	16
6. ANEXO.....	18

APRESENTAÇÃO

Ressignificar, palavra que traz reflexões sobre qual significado tem-se dado às ações humanas, tratando-se de prática pedagógica traz um novo olhar para essa ação, que é realizada por pessoas, porém não necessariamente histórica e cognitivamente iguais.

Percebe-se que essas características individuais constituem o ponto de riqueza e desafio para todos os envolvidos em educar. Riqueza, pois propicia o convívio com o diferente do padrão social de normalidade e desafio, pois conviver exige revisão de valores e derrubada de verdades dogmáticas que possibilitam a ressignificação das ações pedagógicas, permitindo assim conhecer o outro e através do processo de educar fazer parte deste mundo de maneira única

Portanto, de acordo com o autor, exercer uma atividade significa: envolver-se em um conjunto de relações não lineares onde se aprende e ensina em um movimento contínuo e constante.

A presente investigação parte do princípio de que cada ser humano é único em seu processo de aprendizagem. Apesar de existirem pressupostos básicos e gerais, eles não são limitadores, pelo contrário são pontos de apoio iniciais para as intervenções pedagógicas.

Considerou-se, então, a possibilidade de verificar o que pensam os professores sobre a sua prática pedagógica em relação ao aluno com déficit cognitivo, bem como analisar se a ação conjunta entre psicopedagogo e professor auxiliam na construção de estratégias e intervenções para esses alunos. Dessa forma, a problemática deste estudo ampara-se no seguinte: Como está a prática dos professores com os alunos que

apresentam déficit cognitivo? Como as ações desses profissionais auxiliam na construção de estratégias e intervenções?

Observamos que os desafios da escola brasileira atualmente é não entender o significado de “*Escola para todos*”, todos! Incluem aqueles que aprendem em ritmos diferenciados, que exigem práticas de ensino criativas e consistentes. Esse não compreender na sua amplitude o “*escola para todos*, vem gerando exclusão e estereotipando alunos e camadas sociais, pois “Essa instituição – a escola – objetiva responder a um ideal de educação (...) e está preparada para receber a criança ideal” (BOSSA, 2002 p 12), excluindo assim os não ideais, e anulando ou tentando anular a história de cada sujeito que cruza o universo dessa instituição esquecendo que “*todo indivíduo da espécie humana tem uma história que o torna sujeito único*”(Moretto, 2009, p 30)

O presente estudo está organizado em três ítems, que se distribuem da seguinte maneira:

O ítem 1 compõe-se desta apresentação, que trouxe informações do tema, apresentou a motivação para realização do estudo, objetivo e os procedimentos de como o estudo se desenvolvem.

No ítem 2, tem-se o referencial Teórico que inicia com uma revisão bibliográfica e histórica sobre a prática pedagógica em Educação Especial no Brasil, as mudanças que ocorreram nessa ação humana dotada de sentido e intencionalidade até chegar ao que hoje denomina-se educação inclusiva.

O ítem 3, denominado Caminho da investigação, apresenta os instrumentos conceituais e metodológicos usados nesta pesquisa, o espaço onde foi realizada, os sujeitos estudados. Discute-se sobre o que configura “Escola para todos? Quais características essa escola deve ter e quais são as perspectivas sobre a inclusão escolar? A seguir trazemos para discussão a ação do pedagogo e do psicopedagogo como fator primeiro de inclusão escolar do aluno com déficit cognitivo/transtorno de aprendizagem. Finalizando, discutimos as concepções sobre a prática pedagógica, inclusão e alunos com transtorno de aprendizagem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DE INTEGRAR A INCLUIR OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Falar em educação no Brasil é falar em desencontros nos mais variados níveis e situações, em especial entre prática pedagógica e legislação, uma dificilmente está em sintonia com a outra e as conseqüências vemos diariamente; alunos lesados em seu direito de permanecer na escola, professores com formação deficitária para o exercício de sua função no contexto da modernidade e da globalização, pois mais do que “dar aulas” é preciso saber conduzir o processo educativo privilegiando o protagonista dele; o aluno. Moretto (2009, p 85) nos diz que:

“[...] um professor precisa inicialmente compreender a complexidade do “dar uma aula”, no contexto de alunos pertinentes a um grupo singular, com desenvolvimentos psicológicos específicos [...], em condições especiais[...]. Que características psicossociais e cognitivas têm os alunos a quem o professor vai ensinar?”

Trazendo a discussão para o campo da Educação Especial, temos o agravante de anos de ignorância sobre o assunto, e sobre formas de orientar o desenvolvimento cognitivo de alunos com necessidades educacionais especiais. A educação era vista apenas como forma de adaptação a um padrão hegemônico ditado pela sociedade que discrimina e exclui.

Nesse contexto é obvio que o fazer profissional não vá além do adaptar um individuo á essa sociedade e aqueles que não se adaptam ficam excluídos.

“[...] é nesta relação[...] que a Educação Especial vem se constituindo historicamente como aquela que atende indivíduos que fogem dos padrões considerados normais, constituídos pela sociedade capitalista” (MICHELS, 2005, p 257)

E esse atender no Brasil teve início em 1854 na cidade do Rio de Janeiro com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant – que procurava oferecer formação profissional e intelectual a meninos cegos. Ainda na época do Império, surge o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos -. Já no século XX, podemos citar como passos importantes para a constituição do que chamamos de Educação Especial a criação do Instituto Pestalozzi em 1926,

especializado em atendimento a deficientes mentais. Ainda na Pestalozzi a variação de atendimento focando também pessoas com superdotação (atualmente altas-habilidades) isto no ano de 1945. E a fundação da primeira APAE em 1954.

Todas essas iniciativas, importantes com certeza, careciam de um reforço legal que as ligassem a educação regular dando-lhes suporte necessário para irem além de *“adaptar procedimentos pedagógicos às dificuldades geradas pela deficiência”(BUENO, 1993, p 15).*

Apenas em 1961 começa-se a discutir legalmente o direito dos excepcionais serem educados dentro do sistema de ensino geral. Essas discussões surgem a partir da LDBEN 4024/61, porém o artigo 89 desta lei, acena com a possibilidade de bolsas e subvenções governamentais para as escolas chamadas especiais ampliarem suas quotas de atendimento; isto de certa forma, isenta o Estado de implementar políticas educacionais específicas para a Educação Especial, com isso , não havia a necessidade de capacitar o professor da rede publica regular para atuar com alunos excepcionais – termo usado na época - , a prática professoral acontecerá voltada para os ditos normais no processo.

Nas escolas especiais a prática pedagógica continua voltada para a integração à sociedade, uma forma de **melhoramento** do aluno, focando a dificuldade/limitação do mesmo em detrimento às suas potencialidades!

A LDB/5692/71, traz o termo *“tratamento especial para alunos com deficiência físicas, mentais , os que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os super-dotados”(MEC/SEESP, 2007).* Infelizmente, esse tratamento especial significa asilamento institucional e ausência do Estado como organizador político da Educação Especial, continua-se a buscar a integração à sociedade, e os que não se integram são excluídos do processo, pois integrar pressupõe adaptação às estruturas prontas, sem possibilidades de mudança ou de individualidade.

Nesse contexto chegamos aos anos 70 e ao tecnicismo educacional, a Educação Especial é vista como algo que *“requeria técnicas e serviços especializados”(MEC, 2002, p,27).* Dessa forma tira-se o foco do fazer humano com a situação e passa-se esse foco para os instrumentos que se bem utilizados deveriam resolver o problema e fazer o processo de integração educacional.

Neste período há um crescimento e fortalecimento das instituições privadas e um contínuo ausentar-se do sistema público na formação de professores para a Educação

Especial, a escola é tradicional e tecnicista, pensada e organizada para manter o *status quo*.

O Documento Políticas e Resultados do MEC (2002) apresenta a década de 80 como um tempo de “ surgimento de novas tendências nas relações entre a sociedade e as pessoas portadoras de deficiência”, isto porque a nível mundial há um movimento de valorização e inclusão de pessoas deficientes. Desenvolve-se a percepção de que ensinar é mais do que adaptar e então abre-se um espaço pára acolher o diferente no processo educativo, novas formas e metodologias são pensadas a partir das releituras de teóricos como Vigotsky , Wallon e Piaget (In: OLIVEIRA 1992) .

No Brasil a Constituição Federal/1988 em seus artigos 205, 506 e 208, já estabelece que todos sem qualquer distinção tem direito a educação em igualdade de condições de acesso e permanência, e que o Estado é o responsável primeiro na oferta de atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino.

A década de 90 inicia com a Conferencia Mundial sobre Educação, realizada em Jomtien na Tailândia, essa Conferencia gera um documento compromisso, assinado pelos países participantes, onde se comprometem a construir um sistema de educação que acolha todos. Para isso, cada país faria revisões e ajustes em suas políticas educacionais com vistas a cumprir as recomendações da Conferencia.

Baseado na Constituição de 1988 o Brasil publica em 1994 um documento chamado Política Nacional de Educação Especial e também fica pronta a nova LDB/9394/96, que reconhecem “ à pessoa com necessidades educacionais especiais o direito ao pleno acesso e total possibilidade de participação na comunidade”(MEC, 2002, p, 10).

É nessa época que o termo inclusão substitui o termo integração, surge aqui novo paradigma em relação à Educação Especial que passa também a ser vista como Educação Inclusiva e isso:

“Exigiu uma mudança radical na política educacional e demandou uma completa reestruturação nas ações educacionais de todo o sistema. A educação especial se insere definitivamente, no contexto geral da educação”
(MEC 2002, p, 11)

Percebe-se que é urgente a formação dos professores para que saibam como atuar nesse contexto de educação inclusiva, há a exigência de que o sistema público de ensino responda pedagógica e didaticamente às necessidades educacionais dos alunos que adentram o universo escolar.

Inicia-se então um amplo processo de formação de professores para atuar na diversidade. Essa formação busca dar embasamento conceitual e didático aos professores da rede pública, fortalecendo a questão pedagógica através de metodologias que valorizam o potencial do aluno especial. É o inverso do que até então vinha acontecendo, agora é a escola que terá de adaptar-se aos alunos e não vice versa.

Toda essa mudança gera uma grande ansiedade entre os docentes, e o próprio MEC (2002, p,21) afirma ser *a formação profissional o maior desafio para a implantação de um sistema educacional inclusivo*. Porque requer mudança na postura ideológica do professor, pois *“a intervenção pedagógica do professor é influenciada pelo modo como pensa e age nas diversas facetas de sua vida”*(MARQUEZAN, 2009, p, 80).

Investir em formação docente é o caminho para mudar a prática pedagógica em relação a educação inclusiva, não basta mudar a nomenclatura, é preciso que essas inovações cheguem ao professor não em forma de lei, mas em forma de novas aprendizagens, capacitações acessíveis e de qualidade.

Segundo Novoa (1995) a formação do profissional em educação se dá paralela a mudança no sistema e essa requer atitudes no âmbito pessoal daqueles que se dispõem a atuar como professor no século XXI. Atitudes de mudanças que provocam um repensar pessoal sobre a educação e sobre o fazer pedagógico de cada profissional, e que leva o educador não apenas a fazer a diferença, mas a representar a diferença na vida daqueles que cruzam seu caminho.

3. ESCOLA PARA TODOS: ANALISANDO A REALIDADE ESTUDADA

3.1 Caminhos de investigação

O senso comum coloca que a escola vai mau, o ensino é ruim. Sem cair em euforismo ou pessimismo descabido, observa-se que a escola enquanto estrutura social encontra-se em processo de transformação. Saiu do ensino tradicional e ainda não encontrou um aporte para essa nova forma de fazer educação, onde todos estão incluídos, nessa busca alguns teóricos apontam caminhos que podem servir de aporte temporário, pois o ato de ensinar envolve humanos e nesse caso a reflexão crítica e a reconstrução de referenciais devem ser constantes.

Nesse estudo a perspectiva sócio-interacionista de Vygotsky, a perspectiva construtivista de Piaget e a perspectiva sócio- genética de Wallon servirão de norte para a investigação e análise proposta sobre a prática dos professores em relação aos alunos com déficit cognitivo. Tanto a teoria aqui representada pelas perspectivas citadas, quanto a metodologia de trabalho apresentam uma interdependência. (COULON, 1995, p 99) afirma que :

Escolher um método é escolher uma teoria. Como nenhuma metodologia se justifica por si mesma, para compreender essa escolha e o seu uso, é preciso aproximá-la da teoria com a qual é compatível e até mesmo que ela por vezes representa.

Neste caminhar em busca de respostas, a observação representa o primeiro passo, pois configura-se em técnica de pesquisa que permite ao pesquisador observar o contexto do estudo, não de forma aleatória, mas a partir de conceitos e indicadores que o instrumentalizará para distinguir dentro da complexa realidade os comportamentos que respondem aos questionamentos levantado pela pesquisa.

Além da observação a entrevista é outro procedimento metodológico utilizado neste estudo, pois permite, conforme (COSTA, 2005, p. 356) "a obtenção de dados, opiniões subjetivas e atitudes dos sujeitos em uma determinada situação".

O local do presente estudo foi uma escola pública do município de Ji Paraná em relação aos professores e seus conhecimentos sobre educação especial. Na questão dos psicopedagogos, o local do estudo deste grupo foram duas escolas públicas do município e uma clínica particular.

Foram realizadas entrevistas com os 8 professores de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo 6 graduados em licenciaturas específicas na seguinte proporção: 02 habilitados em matemática, 02 em letras, 02 em geografia e 2 com formação em pedagogia, este público pesquisado constitui-se de funcionários públicos, lotados em escola com contrato de 40horas/semanais de trabalho, atuam na área da educação há mais de 05 anos e concluíram suas respectivas graduações há mais de 07 anos. No decorrer deste artigo as observações desses atores estão inseridas nos escritos e reflexões a respeito da temática inicial.

Também fizeram parte desta pesquisa três psicopedagogos, sendo que dois atuam em escolas públicas, tendo como campo de atividade o SOE (Serviço de Orientação Educacional) e a outra; a sala de recursos. A terceira psicopedagoga atua somente em clínica particular no município de Ji Paraná. Segundo os dados obtidos os

psicopedagogos são graduados em pedagogia com especialização em Psicopedagogia Clínica.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias e respeitar essa realidade e saber lidar com ela, é acolher todos no ambiente escolar, extinguindo a pedagogia mecânica e exercendo a pedagogia da diferença.

Os resultados da pesquisa apontaram uma dificuldade do professor em lidar com todos os alunos na escola, evidenciando o despreparo teórico e metodológico. Os professores relataram que, apesar de cursos que estão sendo implementados pelo Ministério da Educação - MEC, há uma dificuldade em cursá-los, essas dificuldades podem ser divididas tanto em âmbito pessoal, envolvendo valores, crenças, medos, não acreditar na inclusão; como podem ser de ordem profissional, comodismo, falta de oportunidade, carga horária extenuante e fim de carreira. Essa realidade ficou evidente na fala de uma das entrevistadas: *“é difícil hoje... tempo de serviço, cansaço, falta de estruturaestamos despreparados para lidar com a inclusão”*.(professora ML 20 anos de profissão)

Observou-se, também, que os professores com outras licenciatura, não tiveram durante a graduação formação alguma nesta área, ao passo que os graduados em pedagogia, cursaram disciplinas como educação especial e psicologia consequentemente têm alguma base para atuar com alunos que apresentam déficit cognitivo e com o processo de inclusão, mesmo que de forma incipiente.

Dentre os 8 professores participantes do presente estudo, apenas um possui especialização(*latus sensu*) na área de educação especial e os motivos para isso foram de ordem pessoal não profissional. Todos foram unânimes em afirmar que apesar de serem professores da rede pública estadual, não participaram nos últimos cinco anos de nenhum curso de formação na área de necessidades educativas especiais, nem conhecem material algum que por ventura exista na escola sobre esse assunto. Essa mesma observação foi ressaltada pelos psicopedagogos entrevistados, um deles(aqui identificado por JGL, atuante em escola pública na função de Orientador Educacional afirmou que: *“Os cursos de formação não conseguem atender as necessidades dos professores quanto aos métodos e estratégias para o atendimento adequado dos alunos com necessidades educativas especiais. O que verificamos é o governo aplicando a LEI, incluindo os alunos na rede regular de ensino sem nenhuma preocupação com as condições físicas e pessoais para tanto”*.

Dentre os entrevistados, aqueles que participaram de formação específica nos últimos cinco acrescentaram que 80% desses cursos foram custeados por eles mesmos, e feitos via EAD (dados obtidos nas entrevistas realizadas com os docentes). Sobre a figura do psicopedagogo, ele é visto pelos docentes como um especialista, alguém que pode auxiliar na construção de estratégias facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem, de forma específica, alguém que disponibilizará para o professor estratégias para o trabalho com alunos que necessitam de atendimento educativo especial e de metodologias diferenciadas.

As entrevistas realizadas com os psicopedagogos apontaram para a necessária parceria entre professor e eles, uma parceria interdependente, onde cada um ciente de sua função social, busca capacitação e partilha, tendo em vista o aluno e sua aprendizagem. Ressaltaram ainda, a dificuldade em estabelecer essa parceria com o professor, há muita desconfiança e descrédito sobre a possibilidade de incluir alunos com déficit cognitivo/ transtorno de aprendizagem na rotina da sala de aula.

Segundo as entrevistas o momento de reforço no contra horário seria o espaço adequado para trabalhar os déficits dos alunos e realmente incluí-los no processo com equidade.

A psicopedagoga que atua em clínica particular e atende alunos oriundos da rede pública e particular de ensino, coloca que o seu papel consiste em conduzir o aluno na construção da autonomia na questão escolar, bem como orientá-lo na identificação de seu potencial como estudante, apontando para possibilidades de novos caminhos que levem ao sucesso e inclusão dos mesmos.

Já as psicopedagogas que atuam nas escolas públicas, afirmam que sua função principal é identificar e conhecer os alunos com Transtornos de Aprendizagem, mostrar ao professor as capacidades desses alunos, ajudar na organização e planejamento das aulas de maneira que se perceba a potencialidade dos alunos e possibilitar ao professor segurança no processo do qual ele é o dirigente.

Segundo os psicopedagogos entrevistados, o maior desafio para atuar com alunos déficit cognitivo é a disposição pessoal e conscientização do professor, que deveria buscar esse aperfeiçoamento por vontade e não por obrigação, realizando uma ação dialética que o modifica e modifica o meio. Wallon dentro de sua teoria nos lembra que o homem é capaz de modificar o meio e nesse processo ser por ele modificado; isto é, as modificações que o homem provoca e introduz no meio, retornam sobre ele, mudando-o.

Percebe-se que essa mudança é o que a escola precisa para realmente *ser para todos*, pois a escola não é só prédio, é cada pessoa no seu interior transformando-a ou perpetuando situações de exclusão. É a ação humana que a tornará inclusiva ou exclusiva, construindo caminhos para os alunos com déficit cognitivo permanecerem na escola, e esse construir é ação conjunta entre professor e aluno. De acordo com ZABALLA “na concepção construtivista, o papel ativo e protagonista do aluno não se contrapõe à necessidade de um papel igualmente ativo por parte do educador” (1998, p 38). Dessa forma educando e educador cada qual com suas especificidades – referentes ao papel que desempenham – vão reconstruindo a escola, tornando-a veículo de inclusão, educação e mudança de paradigma, aprendendo de forma conjunta a lidar com o outro que é diferente, mas que compõe o todo chamado escola inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) coloca que a escola inclusiva é o direito de todos à educação independente de raça, credo, classe social ou deficiência, tornar essa afirmação uma realidade requer mudanças e profissionais capacitados para implementá-las. As entrevistas realizadas com pedagogos e psicopedagogos apontaram para a necessidade do olhar diferenciado que esses profissionais têm, sobre a escola, pois ao mesmo tempo em que é holístico, visa a particularidade, que muitas vezes passam despercebidas aos demais profissionais da escola.

Conhecer a função e as formas de atuação do pedagogo e psicopedagogo pode tornar-se um dos meios de viabilizar o processo inclusivo real. Quando entrevistamos os professores sobre essa questão, as respostas foram praticamente a mesma “são um apoio ao professor tanto metodológica quanto pedagogicamente”, as respostas não estavam incorretas, mas no âmbito da escola pública vai além, deve buscar “a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores” (WEISS, 1991, p 6)

Compreendendo como ocorre a aprendizagem, fica mais fácil intervir nos agentes dificultadores desse processo, adequando o ensino às capacidades cognitivas dos alunos. Dessa forma, pode-se construir uma escola inclusiva, onde as características – potenciais ou limítrofes – de cada um são orientadas para o todo educativo.

É aqui que o papel social do pedagogo e psicopedagogo torna-se evidente, são eles que vão fomentar na escola as discussões sobre tudo que envolve a inclusão e que sejam referentes aos alunos com déficit cognitivos que ali estão matriculados; identificando-os e auxiliando o professor a entender a situação construindo caminhos pedagógicos alternativos para levar o conhecimento a todos os alunos da sala de aula.

Contextualizando a docência, levando a conscientização docente de que antes de ensinar o aluno a aprender a “aprender, a ser, a conviver, e a fazer” deve-se viver essas aprendizagens diariamente de forma pessoal, renovando-as a partir do contexto com o heterogêneo universo dos alunos, e de referenciais teóricos que sustentarão as ações, abolindo a prática pedagógica centrada na deficiência/déficit de cada aluno, e implantando uma prática pedagógica do respeito à diferença, à inclusão, ao desenvolvimento das potencialidades que todo ser humano tem.

Os dados desse estudo mostram que atuar com alunos com déficit cognitivo não significa fazer mágica, é realizar pequenas mudanças na prática pedagógica, para que esse aluno tenha o direito à educação de qualidade.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa, construir um artigo, é partir de uma hipótese e buscar sua comprovação ou negação. Com o intuito de demonstrar que a prática pedagógica do professor e do psicopedagogo podem construir caminhos que conduzam à inclusão de alunos com déficit cognitivo, fomos a campo, observamos, entrevistamos e pesquisamos.

Esse movimento de inserção no universo escolar nos apontou para muitos questionamentos que versam sobre as condições pedagógicas dos docentes para atuar em uma escola inclusiva, sobre o irreversível caminho de uma escola para todos. Como fazer? Como torná-la real?. Traz para a discussão a necessária mudança nas práticas pedagógicas atuais que passa pelo processo de humanização dos profissionais da educação, questiona ainda qual a forma ou fórmula para levar formação a todos os docentes deste país de dimensões continentais?

Questionamentos esses que nos angustiam, pois como seres humanos gostaríamos de encontrar respostas para as nossas necessidades, para que pudéssemos ter a certeza de acertar nas escolhas e ações que desenvolvemos, mas infelizmente essas respostas não se encontram prontas, são construídas no dia a dia. Portanto, não é intenção desse trabalho, apresentar respostas prontas. Primeiro, porque em educação cada realidade é única, um verdadeiro cosmos, segundo porque tudo está para ser

construído e reconstruído pela ação do ser humano. Vigotysk nos diz em vários escritos que é pela interação com o outro que construímos nossa individualidade. As crianças com déficit cognitivo vão se construindo na mediação com o professor, vai se percebendo *ser* potencial ou ser limitado.

Diante dos estudos e pesquisas realizadas, observamos que a prática pedagógica do professor, ainda esta de longe constituir-se nesse processo de mediação que converge para o desenvolvimento dos alunos com déficit cognitivo. Percebemos que o fazer pedagógico ainda continua centrado no aluno ideal, não conseguindo então atingir o aluno real, que fica excluído do processo, apesar de estar na sala de aula e de frequentar a escola. É a exclusão contida na inclusão.

Implantar uma escola inclusiva, é um constante questionar, pois as respostas de ontem não mais respondem as perguntas de hoje é oferecer formação e condição de aplicar as novas aprendizagens no cotidiano escolar, e essas condições devem ir muito além da acessibilidade física das instituições escolares, essa também é muito importante, mas é preciso atentar para a acessibilidade didático pedagógica tanto de alunos quanto de docentes, e esse é o grande nó da escola inclusiva atual, ter profissionais preparados para agir de forma que inclua.

No passado o desafio era abrir as portas da escola para todos. Hoje o foco mudou não é apenas ter acesso, mas garantir a permanência e a terminalidade de todos que adentram o universo escolar, não sobre a égide da igualdade, mas sobre o símbolo da equidade. E para vencer este desafio, a ação pedagógica do professor é o primeiro caminho. É ali no universo da sala de aula, que esse profissional – quando bem assessorado – pode construir aulas inclusivas.

Aulas essas que levam o aluno a descobrir suas potencialidades e elaborar com o auxílio deste professor alternativas de superação que favoreçam a inclusão deste aluno, respeitando as características que ele traz, usando-as como fator de enriquecimento para todos os envolvidos nesse processo.

No momento, tornar a escolar *para todos*, requer ações conjuntas dos organismos sociais, requer financiamento, formação e renovação, requer como ensinou Piaget que o movimento do desequilíbrio gere a equilibração, ou seja, o conflito pessoal que cada nova situação provoca a angústia, o interesse, à curiosidade as perguntas que levam a buscar respostas. E nessa busca vamos acomodando novos conhecimentos que tornam-se verdades novas, mas não dogmáticas, são flexíveis ao momento e à realidade, e assim aprende-se todo dia o que é inclusão, usando criatividade organiza-se situações

didáticas que incluem verdadeiramente no processo de educação, àqueles que chegam a escola, independente de como, importa que chegam.

Parafraseando Quintana (1989), podemos dizer que o que mata o jardim não é o abandono... O que mata o jardim é esse olhar vazio de quem por ele passa indiferente; o que dificulta a inclusão é a indiferença do educador, o fazer de contas que a situação não existe e assim não comprometer-se.

Atuar com alunos com déficit cognitivo não significa fazer mágica, é apenas realizar pequenas mudanças na prática pedagógica, para que esse aluno tenha o direito a educação de qualidade. Direitos esses que vão muito além da matrícula, requer empenho e responsabilidade por parte daqueles que são de fato e de direito os condutores do processo de ensino e aprendizagem, e também do processo de inclusão- O professor!

5- REFERENCIAS

- BUENO, J. G.S. Educação Brasileira: Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: Introdução a ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- COULON. Alain, A Escola de Chicago. Campinas: Papyrus, 1995.
- MEC /SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília : 2007.
- MICHELS. Maria Helena, Paradoxo da formação de Professores para a Educação Especial. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Mai-agos 2005. V 11. P 252-272.
- MORETTTO. Vasco Pedro, Planejamento. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NOVOA. Antonio, A profissão Professor. Coleção Ciências da Educação, 1995.
- OLIVEIRA. M. et al. Piaget, Vigotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- QUINTANA, Mario. A cor do Invisível. 2 ed. São Paulo: Globo. 1989.
- ZABALLA, Antoni. A prática educativa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- WEISS. Maria Lucia L, Psicopedagogia Clínica. Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANEXO 1

- 1-O que você sabe sobre educação inclusiva e educação especial?
- 2-No seu dia a dia, como trabalha com o aluno com déficit cognitivo?
- 3-Como você vê a prática professoral no momento atual em relação a educação inclusiva? Qual o maior desafio?
- 4-Qual a função do psicopedagogo nessa situação?
- 5-Qual sua opinião sobre "Escola para todos"?
- 6-A formação que recebeu nos últimos 5 anos sobre Educação Inclusiva, foram propiciadas por quem?
- 7-Você acredita que o governo tem realmente preparado os professores da rede pública para atuar nesse contexto de todos na escola? Justifique.

Nome completo
Formação
Área de atuação.